



Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 13 - 2017/2021

Data da Sessão: 26 de Novembro de 2019

Início da sessão: 16:00 horas

Términus da Sessão: 20:30 horas

A respectiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente acta.

Membros da Assembleia Municipal de Mação presentes na sessão:

José Manuel Saldanha Rocha, José António dos Santos Almeida, Pedro Manuel Marques Jana, Vítor Manuel Machado Gonçalves, Francisco Manuel Neto Dias Correia, Vítor Manuel Rosado Silva Agostinho, Otávio Eusébio Rosa, Vera Lúcia Marques da Silva, José Casimiro Gonçalves Pereira, João de Matos Filipe, Carla Isabel da Silva Loureiro, António Cardoso Lopes, Daniel Fernando Marques Lopes Jana, Célia Maria Mendes Rodrigues, António Vicente Alves Reis, Luís Filipe Aparício Lopes, Carlos Alberto Farinha Leitão, Nuno Gonçalo Silva Bragança, João Luís de Matos Pereira, Rui Fernando Eusébio de Matos Dias, José Fernando Martins

Faltas Justificadas: Duarte Filipe Baptista de Matos Marques

Responsável pela elaboração da acta:

Nome: Maria Manuela Martins Filipe

Cargo: Assistente Técnico

Assembleia Municipal de Mação

Acta N.º 13 - 2017/2021

26 de Novembro de 2019

-----**INICIO**-----

---- Aos vinte e seis dias do mês de novembro de dois mil e dezanove, pelas dezasseis horas, reuniu, em sessão ordinária, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Mação, a Assembleia Municipal do Concelho de Mação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1) Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro.**
- 2) Discussão e votação de proposta dos estatutos e estudo de viabilidade económica do projeto para formalização da adesão do Município de Mação à Rede Nacional de Arte Pré-Histórica;**
- 3) Análise e eventual deliberação sobre pedido de apoio da WTG – Energias, S.A..**
- 4) Análise e eventual deliberação relativa ao Contrato de Cedência de Infraestruturas entre o Município de Mação e as Águas do Vale do Tejo, S.A.**
- 5) Discussão e votação de Consulta Prévia para aquisição de eletricidade em baixa tensão normal, baixa tensão especial e média tensão – lote 4 – ao abrigo do Acordo Quadro da CIMT**
- 6) Discussão e votação de Consulta Prévia para o fornecimento de gás propano a granel – lote 3 - ao abrigo do Acordo Quadro da CIMT**
- 7) Discussão e votação de abertura de procedimento para Aquisição de Gasóleo Rodoviário Simples, a Granel, em Fornecimento Contínuo.**
- 8) Discussão e votação de Discussão e votação de proposta de Orçamento Municipal (Plano de Atividades/Relatório) para o ano de 2020.**
- 9) Discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2020.**
- 10)Discussão e votação de proposta de fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem.**
- 11)Empreitada de Reabilitação de vias municipais (estradas e arruamentos) e segurança rodoviária - Infraestruturas danificadas pelos incêndios de 2017 – FEM – Reprogramação financeira.**

12)Empreitada de Remodelação do Edifício do Quartel de Bombeiros – Reprogramação financeira.

Nesta sessão faltou o vogal Duarte Filipe Baptista de Matos Marques que justificou a sua falta em devido tempo, tendo sido substituído pelo vogal Octávio Eusébio Rosa.

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

O Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão a acta nº 15 – 2017/2021, referente à sessão ordinária de setembro de 2019.

---O vogal José António Almeida intervém para referir que, relativamente à acta nº 15, não pode aprovar a mesma pois nela consta uma declaração de voto, colocada após o período de antes da ordem do dia, que não se lembra de ter sido lida na altura e que contém comentários a toda a sessão, inclusivamente do trabalho dos jornalistas sobre a mesma. Mais refere que nada tem a opor ao conteúdo do restante da acta e se o subscritor da referida declaração de voto a retirar, votará favoravelmente a acta.

--- O vogal João Filipe intervém para referir que, dado o tempo em que a referida acta lhes foi enviada, não tiveram o devido tempo para a lerem pelo que solicita que a mesma seja discutida e votada na próxima sessão.

---O Sr. Presidente da Mesa refere que, uma vez que os assuntos da Ordem de Trabalhos foram devidamente aprovados em minuta para execução imediata, não vê inconveniente que a acta nº 15 seja discutida e votada na próxima sessão, e deixa à consideração da Assembleia.

Assim, foi deliberado por unanimidade, uma vez que a Ordem de Trabalhos foi aprovada em minuta, que a discussão e votação da acta nº 15 seja feita na próxima sessão desta Assembleia.

Continuou, lendo aos presentes, a correspondência recebida, que ficou à disposição dos membros da Assembleia para consulta e posteriormente ser arquivada em pasta anexa.

--- O vogal António Reis inicia a sua intervenção solicitando informação relativamente às obras de requalificação do antigo quartel dos Bombeiros e ao facto da cobertura do mesmo ser de amianto, se foram tomadas algumas medidas específicas de segurança para a retirada da referida cobertura por causa da perigosidade do amianto.

--- A vogal Carla Loureiro inicia a sua intervenção deixando uma palavra de felicitações ao vogal Duarte Marques pelo nascimento da sua segunda filha. Continua a sua intervenção referindo que, relativamente às obras do jardim de Penhascoso, que considera ser o local de encontro das pessoas ao final do dia, ao fim-de-semana e nas férias, já em agosto as pessoas ficaram surpreendidas e perguntavam porque é que as

obras não estavam ainda acabadas e, na sessão desta Assembleia de setembro fomos informados que a conclusão da obra estava para breve mas ainda não está concluída e por isso solicita informação sobre planeamento daquela obra e quando será a mesma finalizada. Continua referindo que o bebedouro que existia naquele local era um marco histórico da povoação e está partido e solicita informação sobre se o mesmo será ou não recuperado. Continua a sua intervenção solicitando intervenção sobre se a intervenção que vai ser realizada na Estrada da Vingança, se é em toda a estrada, do cruzamento até S. José das Matas ou se é somente nalgum troço da mesma.

--- O vogal João Filipe inicia a sua intervenção referindo que esteve presente na Assembleia Geral da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo (CIMT), na qual foi apresentado o Plano de Ação daquela entidade para 2020 e no qual foi apresentado programa de apoio de transportes escolares para área de formação profissional e considera que Mação deveria tentar aproveitar o que puder pois faz um grande investimento nos transportes escolares.

--- O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção referindo que as valetas da estrada dos Degolados, com as fortes chuvas que se fizeram sentir, na descida a seguir aos Degolados tem uns montes de terra laterais à estrada e há uma erosão muito acentuada naquela valeta e ela tem um caudal muito grande que justifica uma intervenção. Mais refere que, na intervenção feita nos arruamentos de Carvoeiro, na calçada junto ao Centro de Dia, como as águas vêm por ali abaixo com alguma velocidade já escavaram o intervalo entre os paralelos e talvez fosse bom voltar a colmatar aquilo quando as condições climáticas forem mais favoráveis e sugere que seja colocado cimento em pó e em seguida regado para endurecer aquilo e evitar que esteja constantemente a arrastar a gravilha que é colocada entre os paralelos. Refere ainda que, junto à casa do Sr. Américo Justo o pavimento faz uma poça e considera que a solução para o problema será sanear o pavimento e refazê-lo para o altear para aquela situação não acontecer. Refere ainda que, nas intervenções de limpeza na estrada Degolados/Caratão, o material lenhoso dos incêndios vai para as valetas e em alguns sítios a água salta da valeta para o pavimento e seria bom que uma brigada limpasse aquele material lenhoso das valetas para impedir esta situação. Termina questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre se o mesmo recebeu o convite formal para a inauguração da Barca da Amieira.

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção referindo que a sua primeira questão se prende com os pedidos de informação, feitos nesta Assembleia no dia 23 de

abril de 2019, aos quais foram dadas respostas na sessão de setembro e chama a atenção para o facto da informação dada não corresponder ao que foi solicitado nos pedidos de informação, nomeadamente no que se referia à solicitação de uma estrutura de custos que levou às novas tarifas de resíduos urbanos. Mais refere que relativamente ao pedido de informação sobre Infraestruturas e equipamentos Municipais danificados pelos incêndios, a resposta foi incompleta. Mais refere que, relativamente aos abrigos de passageiros, solicita informação sobre quando serão colocados os abrigos de passageiros da entrada de Mação que foram retirados a quando da realização da requalificação da entrada sul a Mação, bem como o abrigo de passageiros de penhascoso, propriedade da Junta, que foi retirado pela Câmara sem que tivesse sido dada uma satisfação e que ainda não foi recolocado e está a fazer falta naquele local pois as chuvas já se fazem sentir. Solicita informação sobre o motivo para a aquisição de terreno junto à urbanização de S. Miguel e porque é que estão a ser realizadas aquelas obras naquele local, pela Câmara. Relativamente à descentralização de competências, que a União de Freguesias afirmou aqui na Assembleia estar disposta a aceitar todas as competências, as informações solicitadas neste âmbito têm chegado a “conta gotas”, dificultando assim o processo. Termina referindo que, relativamente à Proteção Civil, refere que ficou satisfeito de ver os trabalhos que estão a ser realizados no âmbito da limpeza de árvores queimadas da berma das estradas para evitar que caiam para a via pública. Considera que peca por tardia. Mais refere que observou em alguns locais, nomeadamente na estrada Aboboreira/Chão de Codes estiveram três pedras na berma da estrada durante mais de um mês com umas fitas a assinalar que ali havia perigo. Mais refere que as equipas de proteção civil cujo objetivo é fazer algum trabalho de proteção das pessoas demonstram uma grande falta de orientação e acompanhamento relativamente ao trabalho que fazem, de forma a que o mesmo seja realmente efetivo.

--- O vogal Daniel Jana iniciou a sua intervenção referindo que lamenta que a sua cadeira e mais algumas não tenham o apoio para escrever que é necessário nestas reuniões. Continua a sua intervenção para felicitar a GNR (Comando Territorial de Mação) pelas atividades desenvolvidas, nomeadamente o Dia da Unidade, Atividades organizadas e a doação de vários equipamentos à IPSS de Vales de Cardigos e a Campanha do Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. Continuou felicitando o município pela organização de eventos de cultura, nomeadamente o “Serafim”, “Acordeão Cultura e Arte”, que tiveram boas afluências de

público e uma grande satisfação demonstrada pelos munícipes na realização destes espetáculos, o que denota que os maçaenses estão sedentos de cultura e que marcam presença e deixa a proposta para a criação de uma Agenda Cultural a sério do nosso concelho. Relativamente à comunicação autárquica no site e nas redes sociais dá o exemplo dos vídeos das atividades, referindo que só mesmo quem não tem noção da velocidade a que as coisas correm é que coloca vídeos de 2 horas e mais que pura e simplesmente deveriam apenas constar para arquivo municipal e ser divulgado um vídeo resumo. Em seguida questionou como é que o município aceita, depois de pagar 11.070,00€ /ano, que dá aproximadamente 925,00€ / mês, que esta prestação de serviços seja postada em nome pessoal em que não é a Câmara que carrega o vídeo, somente o partilha, contendo publicidade da empresa, em que a parte institucional se resume pouco mais do que o brasão, uma intro a dizer “ Vila de Mação” com fotos da vila sede de concelho e uma frase que deve ser o novo slogan da Câmara (espero que não), “ Viver e Trabalhar no Concelho de Mação é Bom” e termina com “ colaboração da Câmara Municipal de Mação, parte esta a que possivelmente ninguém tenha chegado. Refere que não tem nada contra a empresa em questão mas sim à falta de cuidado do Gabinete de Comunicação do Município pois considera que esta não é a nossa imagem. Relativamente ao Cemitério de Penhascoso, agradece o trabalho desenvolvido pelo Município no asfaltamento da zona envolvente, ficando apenas a faltar a sinalética e umas grelhas e apresentou a seguinte intervenção:

“De seguida, esperava que respondessem positivamente ao meu apelo, o de trazerem novamente a esta assembleia o apoio à obra cemitério de Penhascoso agora com o valor justo, infelizmente não consta na ordem dos trabalhos. Mas como na sessão anterior o Sr. Presidente fez questão de frisar e cito “ que este valor também se trata de uma opção política, tendo em conta que a União de Freguesias é a única Junta que não tem relação com a CMM na limpeza de Arruamentos. E mais ... diz que “partindo do princípio de boas as propostas que a união de freguesias fez a CMM para executar o serviço (na ordem dos 60.000€), como a União de Freguesias já não executa o serviço não existe uma necessidade de receber apoio, porque agora até deixou de ter essa despesa/encargo logo tem mais disponibilidade financeira”.

Mas relembro o executivo da falta de coerência que tem na gestão dos dinheiros públicos. E passo a explicar, o contrato que a CMM tem assinado com a empresa que atualmente efetua as limpezas nas localidades da União de Freguesias, de forma comparativa com o serviço prestado anteriormente.

Empresa de Castelo Branco Vs. Uma Junta de Freguesia deste Concelho, um órgão autárquico e parceiro público.

Funcionários de Origem Estrangeira Vs. Funcionários residentes no Concelho, muitos deles beneficiários de apoios sociais, o que promovia não só a inclusão social bem como e desenvolvimento económico.

Serviço de Corte de Erva somente Vs. Limpeza e corte de ervas, aplicação de fitofármaco, limpeza de lixo, valetas, sumidouros, ramadas, apanha de sobrantes e depósito em locais apropriados.

Acompanhamento e Monotorização por Funcionário do Município Vs. Gestão total por parte da União Freguesias

70.000 € Vs. 60.000€

Que constam na rubrica do orçamento “Prevenção de Incêndios” no mínimo curioso.

Em suma menos serviços e mais dispendiosos.

Estas são as opções políticas discriminatórias da CMM.

Com isto dizer que se não fosse as politiquices por detrás dessas opções apelidadas de políticas podia atribuir a esta obra um apoio de pelo menos mais 15.000€ pelas contas que vos descrevi.”

--- O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes.

Relativamente à questão colocada pelo vogal António Reis, relativamente ao amianto, refere que, nos termos da Lei a Câmara é obrigada a cumprir o que está determinado e nesse sentido, a empresa é obrigada a levar aquele tipo de produto para uma zona certificada para o efeito e a Câmara não tem razões para achar que as coisas serão feitas de maneira diferente. Mais refere que a chamada de atenção foi pertinente e a Câmara irá acompanhar os trabalhos e verificar que tudo corre conforme o que está legislado.

Relativamente à questão colocada pela vogal Carla Loureiro no que diz respeito à Estrada da Vingança, refere que o projeto e o respetivo orçamento daquela intervenção estão feitos seguramente há mais de seis meses mas não foi lançada a empreitada por razões orçamentais mas garante que o mesmo será feito ainda este ano e a intervenção será na estrada toda, desde o cruzamento da EN 3 até à entrada de S. José das Matas.

Relativamente à intervenção do vogal João Filipe, sobre os transportes escolares, refere que receia que as coisas não venham a ser como nós gostaríamos que efetivamente fossem e que mereceríamos que viesse a acontecer mas, em todo o caso, devemos estar atentos à situação e devemos acompanhar a mesma para vermos até que ponto é

ou não possível fazer essa chamada de atenção e que haja realmente um tratamento equitativo entre todos.

Em relação à intervenção do vogal António Cardoso Lopes e no que diz respeito à questão do convite da Câmara de Nisa para a inauguração da barca, informa que recebeu um convite geral, não um convite para participar no evento na qualidade de Presidente de Câmara, como considera que deveria ter acontecido, para inclusivamente participar na cerimónia nessa qualidade. Mais informa que dirigiu uma carta à Sr.^a Presidente da Câmara Municipal de Nisa há cerca de dois meses e até esta data ainda não teve qualquer resposta.

Relativamente à intervenção do vogal José Fernando Martins, sobre os pedidos de informação refere que os mesmos foram respondidos e se o vogal José Fernando Martins entender que não estão de acordo com o solicitado poderá voltar a fazer os pedidos e, com base no que aqui referiu, o executivo poderá tentar fazer nova resposta. Quanto à estrutura de custos dos resíduos sólidos urbanos refere que foi feita uma informação com base também no parecer da ERSAR daquilo que era a obrigatoriedade que a Câmara tinha de equivaler os custos com a receita e, como saberá, só entre aquilo que a Câmara paga à Valnor e aquilo que recebe dos municípios, há um deficit de cerca de 100.000,00€. Continua referindo que, quanto às estruturas e equipamentos municipais, considera que a resposta tenha sido a adequada de acordo com aquilo que estava danificado e com aquilo que foram, do ponto de vista do executivo, os prejuízos que foram aceites pelas entidades.

Relativamente aos abrigos de passageiros, informou que o abrigo de passageiros da entrada de Mação será colocado até final do ano, bem como será reparado o abrigo de passageiros do Pereiro e o abrigo de passageiros junto à oficina Neto & Antunes, aqui em Mação.

Em relação à questão da urbanização de S. Miguel, refere que é do conhecimento de todos o que ali se passou, houve um processo judicial relativamente àquele assunto, sobre uma suposta violação do PDM, ou seja, haveria construção a mais para a área que estava disponível. O processo decorreu os termos, houve uma primeira sentença que foi desfavorável às pretensões da Câmara e dos proprietários daquelas moradias, houve também uma segunda sentença de igual decisão e portanto, para não haver consequências para as pessoas, havia necessidade de encontrar uma solução para resolver aquele problema. Assim, a Câmara fez a aquisição daquele terreno, que era um pequeno terreno que estava ali a criar mau aspeto, as pessoas já tinham solicitado para

ser feita no local uma pequena intervenção pois tinha lixo e balsas e agora a Câmara adquiriu esse pequeno terreno e vai ali fazer um pequeno espaço de lazer, com estacionamento e ao mesmo tempo resolve aquele problema.

Relativamente à questão da descentralização, as informações foram dadas e considera que foram bem dadas pois o vogal Daniel Jana referiu os contratos, o que demonstra que as informações estão lá.

No que diz respeito à intervenção do vogal Daniel Jana, e em relação à falta do apoio para escrever em algumas das cadeiras desta sala, lamenta que algumas cadeiras não tenham esse apoio e vai tentar resolver esse problema.

Relativamente à referência ao bom trabalho da GNR, relativamente à Campanha do Dia Internacional pela Eliminação da Violência Contra as Mulheres, a Câmara de Mação foi uma das 170 Câmaras que participa nessa campanha. Relativamente à Agenda refere que registou o comentário, e sobre o site, informou que o mesmo é relativamente recente e considera que o mesmo tem estado minimamente atualizado. Em relação à prestação de serviços referida, o contrato não diz só respeito a estas questões dos vídeos, há mais questões inerentes a este contrato, mas admite que vídeos de duas horas, as pessoas não vêm e poderia realmente ter sido feito um trabalho diferente nesta área pelo que aceita a crítica como uma crítica construtiva, que regista.

No que diz respeito ao cemitério de Penhascoso, considera positivo o reconhecimento do esforço financeiro que a Câmara ali fez, tendo a pavimentação ficado em cerca de 20.000,00€, que não era propriamente uma obrigação da Câmara.

Quanto à análise feita pelo vogal Daniel Jana sobre a forma como a Câmara gere os dinheiros públicos, fica o registo.

--- O Sr. Vereador António Louro inicia a sua intervenção referindo que, relativamente à questão do Jardim do Penhascoso, o executivo gostaria de ter aquela obra já finalizada, ainda mais por sentir essa ansia que é notória em rapidamente usufruírem daquele espaço já remodelado, só que surgiram algumas dificuldades, este não foi um ano fácil para a autarquia, tivemos um grande incêndio florestal que condicionou todo o verão e que teve sérias consequências nos serviços, na forma de trabalhar e organizar as coisas que tiveram de ser priorizadas e ainda que seja muito importante acabar rapidamente a obra do jardim do Penhascoso, como devem compreender, foi condicionada por uma situação extraordinária e grave. Ainda relativamente a esta obra, informa que não feito nenhum projeto para aquela intervenção, a mesma começou pela necessidade de retirar a árvore que estava morta no meio do largo e, ao arrancar a árvore, as raízes

desfizeram completamente a calçada e estando a mesma estragada aproveitou-se para substituir uma conduta de água que atravessava todo o largo. Assim, tendo toda a calçada retirada, tendo uma conduta a atravessar todo o largo, considerou-se ser o momento certo para reabilitar todo o espaço e procurou-se fazer uma intervenção digna, com bons materiais, fazendo-se uma intervenção simples mas adequada ao que lá estava. Mais refere que não pode deixar de lamentar que o Sr. Presidente da União de Freguesias esteja preocupado com a propriedade dos bancos existentes naquele local, referindo que a maioria dos mesmos foi a Câmara de Mação que os construiu no seu estaleiro e os colocou ao serviço da população, se são da Câmara ou da Junta não sabe mas garante que a Câmara não irá apresentar à União de Freguesias nem o custo da pintura nem da reabilitação dos bancos, que estão, neste momento, prontos para voltar para o local, nem do abrigo de passageiros que foi pintado e os bancos que não vão ser recolocados pois perderam o sentido com a requalificação do espaço, serão entregues à União de Freguesias para que os possa colocar ao serviço da população do concelho, noutros locais. Informou ainda que alguns trabalhos não correram bem da primeira vez que foram executados e muitas vezes, apesar do esforço para que tudo corra bem, o mesmo não acontece e por isso mandou refazer esses trabalhos que não correram bem pois não estavam dignos daquilo que o executivo gostaria de deixar para o futuro naquele espaço nobre do Penhascoso. Informou ainda que a calçada será terminada nos próximos dias e espera que aquela intervenção esteja terminada um pouco antes do Natal e o espaço esteja disponível para as pessoas usufruírem.

Relativamente ao bebedouro refere que há 16 anos que tem tido uma preocupação constante em reabilitar e valorizar este tipo de património por todo o concelho e não era agora que iria agir de forma diferente. Mais refere que o bebedouro, como outros no nosso concelho, era um espaço destinado aos animais, sem grande qualidade, feito num canto do espaço, e durante muito tempo procurou uma forma de o manter e ao mesmo tempo dignifica-lo e integrá-lo no espaço. Assim, deu indicações aos serviços para que o bebedouro se mantenha exatamente no mesmo sítio, tendo sido “podado” das partes que não se enquadravam no espaço pois ele estava torto em relação ao largo e à estrada, a parede da direita esta torta em relação à da esquerda e esta estava torta em relação à de trás e o que fez foi tentar endireitar um pouco, homogeneizar um pouco e deixar lá a memória para o futuro, e fez questão que a água chegasse ao local para que se percebesse que era naquele local que chegava a água que vinha do bebedouro e o resto fica tudo no mesmo sítio. Refere ainda que podem ficar tranquilos pois o

bebedouro vai ficar lá e manter essa memória pois considera que é uma forma incontornável de mantermos a nossa história e termos orgulho do nosso passado.

Relativamente à intervenção do vogal António Cardoso Lopes, sobre a poça junto à casa do Sr. Américo Justo, informa que a Câmara já fez mais do que uma intervenção naquele local mas acaba sempre por ceder e acaba por voltar. Mais refere que já foi retirado uma vez mas vai ter de se retirar ainda mais e, por segurança, tem de colocar ali uma sargeta e canalizar a água para a ribeira. Relativamente às calçadas e especialmente as valetas, foi metido traço de cimento mas as primeiras chuvas, logo após a finalização das obras, foram muito violentas e levaram aquele traço de cimento que tinha sido colocado e agora vai ter de ser refeito, todo ele pois está efetivamente com o problema que apontou. Em relação ao material lenhoso, informa que, em 2003, Mação foi o primeiro município do país, a seguir a um grande incêndio, a ir para o terreno e retirar todas as árvores que estavam em risco de cair para as estradas, mas entretanto, em 2006, o Estado Português fez legislação nova e publicou o Decreto-Lei nº 124 e o mesmo, ao contrário da situação dúbia do passado, em que não havia um responsável direto, diz claramente que essa responsabilidade é dos proprietários dos terrenos confinantes. Mais informou que quando se começou a avaliar a situação na Câmara, a nossa vontade era ir repetir o procedimento de 2003 pois é aquele que achamos que faria sentido, só que, em primeiro lugar, temos neste momento mais de 300km de bermas que necessitam de ser intervencionadas dessa forma e em segundo lugar, se a intervenção é muito precoce, poderíamos estar a tirar material com algum valor que os proprietários até podiam já ter vendido e ir criar confusões e litígios, portanto não interessava entrar muito precocemente e por isso atrasámos essa intervenção. Mais informou que, em novembro de 2018 foi feito um Edital, que foi distribuído pelo concelho, no qual os proprietários eram alertados para aquilo que a Lei estabelecia pois em termos legais essa é uma obrigação dos proprietários. Refere ainda que, na sua opinião, considera que não é correto e que seria a Câmara que deveria fazer esse trabalho e, nesse sentido, foi solicitado aos serviços da proteção civil, porque se aproximava o segundo inverno após o incêndio, que fossem ao terreno, verificassem os locais de maior perigosidade e fizessem um ponto de situação para se perceber se seria possível a Câmara intervencionar esses locais. Mais informou que, no dia 24 de outubro os serviços de proteção civil começaram as intervenções, em várias estradas do concelho, tendo iniciado os trabalhos na União de Freguesias, pois era visível que iam começar as chuvas, as árvores iam encher-se de água e o risco de caírem ia aumentar

exponencialmente e, neste momento foi intervencionado quase todo o concelho, mas nesta intervenção não foram retiradas todas as árvores, mas sim priorizar pinheiros pois os mesmos deterioram-se muito mais rapidamente que os eucaliptos e sobretudo, árvores de grande porte que, ao cair, pudessem trazer risco direto para a circulação das estradas. Refere ainda que há muitos pequenos pinheiros que poderão vir a cair e provocar alguns sustos mas o risco de alguém levar com um pinheiro de 400kg ou 500kg em cima do carro e destruí-lo, está, neste momento, fortemente reduzido devido a esta intervenção que se iniciou no dia 24 de outubro. Continua referindo que o Sr. Presidente da União de Freguesias, com o trabalho meritório que tem feito, com os anos de autarca que tem, devia ter um pouco mais de cuidado ao expressar-se publicamente em órgãos de informação, assacando responsabilidades a quem legalmente não as tem e estava mal informado sobre as responsabilidades legais e também sobre o que a proteção civil andava a fazer.

Quanto à questão de uma equipa de sapadores florestais estarem a fazer trabalho da proteção civil, informa que não sabe a que situação se refere mas os sapadores florestais pertencem a uma entidade chamada Aflomação, que é uma associação de produtores florestais que, algumas vezes colaboram com a proteção civil, em situações pontuais de emergência, quando há cheias ou fortes chuvas, pois não estão a trabalhar, e dão uma ajuda com a melhor das boas vontades mas não são proteção civil municipal oficial, simplesmente ajudam quando podem e por boa vontade por isso, se não fizeram algo muito bem, só tentaram ajudar para o bem público.

---O Sr. Vereador Vasco Marques inicia a sua intervenção referindo que, relativamente aos transportes escolares, agradece as intervenções dos vogais João Filipe e José António Almeida, membros da Assembleia Intermunicipal do Médio Tejo, e informa que a Câmara tem acompanhado a situação mencionada, a iniciativa é boa e deve ser acompanhada e tentar tirar da mesma os benefícios que sejam possíveis, no entanto, o caso de Mação, por situar-se numa extremidade da Comunidade, apresenta algumas particularidades que a Câmara tem sublinhado na Comunidade mas que, por vezes, não são fáceis de gerir. Mais informa que trazemos alunos de fora da Comunidade e também, esta solução que está a ser proposta tem por base um concurso internacional que está a ser realizado para a concessão dos transportes rodoviários de passageiros para os próximos 10 anos e a Comunidade pretende que a primeira solução, por defeito, seja quem ganhar esse concurso mas Mação tem uma série de circuitos especiais que dificilmente essa entidade poderá dar a resposta que hoje temos. Informou ainda que

Mação comunicou a sua realidade e tem defendido a mesma, mas sempre tentando beneficiar do que for possível, tendo consciência que o caso de Mação não é muito fácil de gerir, nomeadamente porque os cálculos são feitos com base nos alunos residentes no concelho e nós temos muitos alunos que vêm de fora do nosso concelho, que não aparecem nos cálculos iniciais e não é muito fácil defender estas questões. Termina referindo que agradece a preocupação e informa que a Câmara está atenta para a questão e tentará beneficiar o que puder pois os transportes escolares são um fator de sucesso para que os cursos tenham procura e para que a nossa Escola mantenha o rumo de sucesso que tem tido nos últimos anos.

---O vogal José Fernando Martins solicita que lhe seja disponibilizada uma cópia do processo judicial referente à urbanização de S. Miguel, referido pelo Sr. Presidente da Câmara na sua resposta sobre esta matéria.

Refere ainda que, relativamente aos bancos mencionados, não está preocupado com a propriedade dos mesmos e a única coisa que quer é que os mesmos estejam ao serviço da população.

---O vogal José António Almeida intervém para referir que, relativamente à questão dos transportes escolares e ao projeto da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, o mesmo tem somente a ver com o ensino profissional, e quando for para negociar trajetos, vão ter de aceitar a nossa singularidade e particularidade porque não podemos ser penalizados por isso.

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

Já no período da Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 1) da Ordem de Trabalhos: 1) **Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea e) do nº 1 do artº 53 da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

O Sr. Presidente da Mesa deu conhecimento também da lista de reclamações e processos judiciais em curso, litígios arquivados ou pendentes da Câmara Municipal de Mação. Foi também dado conhecimento da listagem de ordens de pagamento e faturas para pagamento.

Em complemento à informação prestada, o Sr. Presidente informou que já tiveram início as obras de requalificação do antigo quartel dos Bombeiros para aí ser instalado o CAO e esta obra tem uma duração prevista de nove meses. Informou também que estão em curso as obras do Fundo de Emergência Municipal (FEM) e do Fundo de Solidariedade da União Europeia e relativamente a estas, a Câmara só será ressarcida dos valores

gastos e pagos até dia 30 de novembro de 2019 e, neste sentido, estamos a fazer um esforço no sentido de tentar receber o maior valor possível. Informou ainda que, no concelho de Mação foram aprovados três projetos de Inovação Social no âmbito das Parcerias para o Impacto e a Autarquia é parceira dos três projetos, um da Comunidade Terapêutica Ares do Pinha, outro do Instituto Terra e Memória e outro ainda da Pinhal Maior.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa colocou à discussão o ponto 2) da Ordem de Trabalhos: **2) Discussão e votação de proposta dos estatutos e estudo de viabilidade económica do projeto para formalização da adesão do Município de Mação à Rede Nacional de Arte Pré-Histórica;**

O Sr. Presidente iniciou a sua intervenção informando que esta é uma proposta para que o Município de Mação possa fazer parte desta Rede Nacional de Arte Pré-Histórica que engloba um conjunto alargado de municípios que têm em comum esta riqueza patrimonial. Mais informou que esta Rede está a dar os seus primeiros passos, tem objetivos bastante ambiciosos e está ancorada naquilo que já é feito no grande projeto do Coa e que poderá ser uma mais-valia para o trabalho que há muitos anos é desenvolvido no nosso concelho. Informou ainda que o custo anual para a Câmara de Mação será de 500,00€ (quinhentos euros) que é a quota anual da mesma.

--- O vogal João Filipe intervém para referir que todas as iniciativas que dinamizem e valorizem aquilo que temos no nosso território, neste caso nesta Rede, são sempre bem-vindas.

--- O vogal José António Almeida intervém para referir que a integração do nosso Museu e do Município nesta Rede de Arte Pré-Histórica será com certeza uma mais valia para Mação.

--- Seguidamente o ponto 2) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 3) da Ordem de Trabalhos: **3) Análise e eventual deliberação sobre pedido da WTG – Energias, S.A..**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que esta é uma proposta aprovada por maioria em reunião de Câmara de renegociação e alargamento dos contratos dos aerogeradores, que estão instalados em terrenos que são propriedade da Câmara, da empresa WTG, que foi a empresa que comprou a Enervento, com quem

tinham sido celebrados estes contratos. Mais informou que aquilo que a empresa pretende é uma extensão destes contratos de arrendamento por mais 25 anos, uma vez que pretende substituir aqueles aerogeradores que estão instalados por outros maiores e com mais potência. Refere ainda que foi solicitado um parecer jurídico, que foi enviado a todos, no qual é referido que a Câmara poderá fazer estes arrendamentos, fazer a respetiva negociação dos mesmos e assim, solicita à Assembleia o parecer positivo a este pedido da WTG, para que os parques eólicos possam continuar a ser uma realidade no nosso concelho, nestes terrenos que são do município e que o processo possa continuar. Informou ainda que, se a Assembleia Municipal assim o permitir, a Câmara irá ter como ponto de partida aquilo que já está estabelecido no contrato atual, que é uma renda de 3% sobre o que for faturado à EDP por parte desta empresa, sendo o valor previsto na Lei de 2,5%, e há a possibilidade de haver outro tipo de contrapartidas para aquela zona, nomeadamente no Bando, com a recuperação de algumas casas e moinhos existentes naquele local, bem como a possibilidade do asfaltamento daquela zona, que foi o que foi conversado mas que terá de ser ainda negociado. Refere ainda que este é um tema que se discute bastante, quais poderão ser os ganhos ou as perdas de ter estes parques eólicos para os municípios e para as pessoas e, relativamente a esta questão, para reflexão de todos, informa que a Câmara Municipal de Mação tem recebido, grosso modo, cerca de 160.000,00€ por ano destas rendas e se os contratos forem renegociados, mesmo sem qualquer contrapartida para além dos 3%, isto significa, nos 25 anos, 4.125.000,00€ com estes aerogeradores que serão substituídos por outros com maior potência que trarão com certeza, maior rentabilidade. Mais referiu que, quanto aos prejuízos causados pela presença dos aerogeradores, está disponível para ouvir quem tiver a reportar esses prejuízos ou o que é que a população de Mação já possa ter perdido ao longo destes anos pelo facto dos mesmos ali estarem instalados. Termina referindo que, pelas razões expostas, por ser legal, por entender que é uma mais-valia para o concelho em termos, nomeadamente de receita, numa altura em que o país tanto fala da renovação dos combustíveis fósseis e das energias alternativas, só vê razões para podermos dar uma resposta positiva a este pedido de alargamento destes contratos.

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção referindo que é mencionado no parecer jurídico sobre este assunto que a empresa que é hoje proprietária dos aerogeradores existentes não é a mesma que celebrou os contratos de arrendamento com a Câmara pelo que deverá aquela firma justificar documentalmente, se tal ainda

não tiver sido feito) a sua qualidade de arrendatária. Assim, solicita informação se esta questão está já devidamente resolvida e se a empresa WTG já fez a referida prova documental. Continua referindo que, baseando-se de novo no parecer jurídico e no último ponto das conclusões do mesmo que diz: “ em última instância, a Câmara poderá sempre no final do prazo e com antecedência legalmente prevista, denunciar os contratos para obrigar a arrendatária a celebrar novo contrato de arrendamento com condições mais vantajosas para o Município”, entende que a Câmara não agiu desta forma pois as contrapartidas referidas pelo Sr. Presidente foram apenas alvitradas, pelo que questiona se não teria sido mais positivo celebrar novos contratos onde as referidas contrapartidas ficassem desde já asseguradas, uma vez que havia forma legal de o fazer.

--- O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção referindo que foi sempre considerado que foi uma boa medida económico-financeira por parte da Câmara de ter agarrado esta oportunidade de ter no concelho um parque eólico. Mais referiu que, ao fazer a análise dos contratos que foram enviados com a documentação encontrou uma questão que lhe deixa alguma preocupação e que se prende com os terrenos onde os parques eólicos estão instalados. Questiona sobre se a situação dos terrenos onde estão instalados os parques eólicos está devidamente regularizada do ponto de vista cadastral pois foi consultar o cadastro online e verificou que não houve alteração cadastral nestas zonas e assim, podem surgir problemas se o mesmo não foi feito, com algum herdeiro que venha dizer que ainda é proprietário de algum daqueles terrenos. Considera que seria útil a Câmara ver como é que está esta questão para não vir agora a surgir algum problema ou alguma complicação com estes arrendamentos.

--- O vogal José António Almeida intervém para referir que esta proposta vai ter a aprovação da bancada do Partido Social Democrata por duas razões fundamentais:

- o que ao início se poderia dizer sobre o impacto negativo, seria o impacto visual destes parques eólicos que já não é hoje fundamento, pois os mesmos fazem parte da paisagem, estão completamente integrados sem qualquer impacto.

- os valores que a Câmara auferir dos parques eólicos, referidos pelo Sr. Presidente e que, uma vez que os novos aerogeradores são mais potentes, vão produzir mais energia e os valores referidos serão seguramente muito superiores e serão importantes para o município de Mação.

---O Sr. Presidente inicia a sua intervenção referindo que, relativamente à questão colocada pelo vogal José Fernando Martins, a empresa WTG comprou a Enervento e

com essa aquisição esta empresa tem todos os direitos e obrigações que a Enervento tinha pelo que ficou detentora destes contratos. Mais informou que há alguns anos foi enviado à Câmara documentação relativa e comprovativa desta compra e venda, que serão solicitados aos serviços e que serão posteriormente entregues aos senhores membros desta Assembleia. Mais informou que dará conhecimento dos novos contratos que forem celebrados.

Relativamente à questão apontada pelo vogal António Cardoso Lopes, refere que provavelmente terá havido declaração de utilidade pública para aqueles terrenos pois houve desafetação da REN mas considera pertinente a questão exposta e será bom verificar como é que foi feito o procedimento na altura e como está a situação.

--- Seguidamente o ponto 3) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com nove abstenções.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 4) da Ordem de Trabalhos: **4) Análise e eventual deliberação relativa ao Contrato de Cedência de Infraestruturas entre o Município de Mação e as Águas do Vale do Tejo, S.A.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, no âmbito do acordo de adesão do Município de Mação às então Águas do Centro, a Câmara teria direito a uma verba daquilo que era chamado a valorização das infraestruturas, basicamente era aquilo que era utilizado pela empresa para posterior venda e comercialização da água. Mais informou que o processo foi sendo desenrolado devagar a algures, em 2015/2016 foi feita uma avaliação por parte da Câmara daquilo que seria o valor que a Câmara consideraria justo das infraestruturas que estavam em causa, na casa dos 3 milhões de euros e houve também, posteriormente uma avaliação por parte das Águas do Centro que apontava para um valor de cerca de 800.000,00€, que é o que está em causa neste contrato. Mais informou que as coisas foram andando e nunca se chegou propriamente a um consenso e no ano de 2018 começou a fazer um forcing no sentido de se resolver este problema porque o município de Mação era dos únicos que não tinha esta situação resolvida e aquilo que disse foi que a Câmara de Mação iria fazer como outras fizeram que foi basicamente o seguinte:

Não havendo acordo e não tendo ainda sido iniciado um processo de reavaliação das valorizações, as Câmaras iam deixando de pagar até chegar ao valor que a empresa dizia que seria o valor justo do ponto de vista da empresa. Assim, o que a Câmara de

Mação fez este ano foi basicamente, deixar de pagar a água à empresa Águas do Vale do Tejo no sentido de sinalizar o problema que aqui existia e fosse possível chegar a um entendimento e isso foi feito, tendo sido depositado na conta da água o valor em dívida, ou seja, o valor não foi pago à empresa mas foi religiosamente guardado na conta da água para o caso deste acordo não ser viabilizado. Mais informou que foi proposto pela Câmara fazer um acerto de contas em relação ao que estava a dever versus a avaliação que a empresa fazia das infraestruturas e abrindo um processo negocial para podermos ver até onde é que chegará este encontro de contas pois entre aquilo que a Câmara considera que valem as infraestruturas em causa e o que a empresa diz valerem, existe uma diferença abissal e por isso temos de perceber se haverá alguma margem para entendimento. Nesse procedimento foi apresentado à Câmara este contrato que abre a porta a uma possível renegociação da valorização das infraestruturas municipais e sobre o qual foi solicitado um parecer jurídico e é entendimento da Câmara que, passados todos estes anos e estando a chegar ao final a relação contratual com esta empresa de forma direta, pensamos que, podendo não ser o ideal, é um acordo que devemos aprovar e solicitamos que a Assembleia Municipal dê o seu parecer positivo para que a Câmara o possa celebrar com a empresa Águas do Vale do Tejo, resolvendo esta situação e recebendo desde já o valor em causa de cerca de 800.000,00€ e iniciando um processo de renegociação para reavaliação das infraestruturas.

--- O vogal António Cardoso Lopes refere que não há informação suficiente para aferir se os valores das infraestruturas indicados no referido contrato serão corretos ou não.

---O vogal José Fernando Martins intervém para referir que considera que este contrato não salvaguarda completamente os interesses da Câmara.

---Seguidamente o ponto 4) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com dez abstenções.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 5) da Ordem de Trabalhos: **5) Discussão e votação de Consulta Prévia para aquisição de eletricidade em baixa tensão normal, baixa tensão especial e média tensão – lote 4 – ao abrigo do Acordo Quadro da CIMT**

--- O Sr. Vereador Vasco Marques iniciou a sua intervenção referindo que, para o seu funcionamento a Câmara tem de contratualizar para adquirir estas matérias e tendo em conta a plurianualidade dos mesmos e os seus montantes, os mesmos têm de ser aprovados por esta Assembleia Municipal. Relativamente à aquisição de energia, a

Câmara entendeu recorrer ao Acordo Quadro da CIMT, cujas condições negociadas com os fornecedores são vantajosas para a Câmara e este concurso irá ser lançado de acordo com as regras do referido Acordo Quadro celebrado pela CIMT.

--- O vogal José Fernando Martins refere que nada tem a apontar a este procedimento nem à abertura do mesmo mas relativamente aos valores envolvidos neste contrato, basicamente de 3 milhões de euros, a Câmara, para além desta aquisição que tem de fazer, devia olhar para a eficiência energética e devia o município fazer alguma poupança, nomeadamente na iluminação pública. Mais refere que existem municípios que investiram em lâmpadas led para a iluminação pública e a poupança em termos de fatura é enorme. Mais refere que, de acordo com o trabalho que foi feito no concelho em 2015 e 2016 em que se tentou corrigir algumas situações de luminárias nas povoações e a diferença de custo entre uma lâmpada normal para uma de led é superior a 130,00€ e este diferencial poderia ser aproveitado para haver um esforço, ano a ano, de introdução de lâmpadas led na iluminação pública, desagravando esta fatura e o valor desta aquisição de energia que considera muito pesada. Deixa a recomendação à Câmara para que a mesma possa fazer este procedimento mas que pense muito a sério em, nos próximos anos, reservar uma fatia do seu orçamento para adotar esta via da eficiência energética, nomeadamente na iluminação pública.

--- O Sr. Vereador Vasco Marques agradece as palavras do vogal José Fernando Martins e refere que ambos partilham estas preocupações e relativamente a essa matéria refere que essa é também uma preocupação do município. Mais refere que tem acontecido por parte da EDP uma renovação de parte da iluminação pública resultante de cumprimento da legislação em vigor e que tem a ver com a substituição de algumas luminárias que têm de ser retiradas até 2021, algumas já foram retiradas e substituídas por leds em algumas povoações, os trabalhos têm vindo a decorrer e, nomeadamente na povoação da Serra já foram substituídas quase na sua totalidade, bem como no Casal. Mais recentemente foram substituídas as luminárias em algumas aldeias da freguesia de Carvoeiro, intervenções levadas a cabo pela EDP com o consentimento da Câmara e sempre com base nos equipamentos existentes no local, ou seja são substituídas sempre as lâmpadas mais antigas que têm um nível de eficiência mais reduzido. Mais refere que, apesar deste trabalho que está a ser feito pela EDP, a Câmara tem algumas candidaturas e está a estudar algumas medidas no âmbito da eficiência energética, nomeadamente para substituição das soluções existentes na piscina municipal e em alguns equipamentos municipais.

--- Seguidamente o ponto 5) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 6) da Ordem de Trabalhos: **6) Discussão e votação de Consulta Prévia para o fornecimento de gás propano a granel – lote 3 - ao abrigo do Acordo Quadro da CIMT**

--- O Sr. Vereador Vasco Marques iniciou a sua intervenção referindo que, para o seu funcionamento a Câmara tem de contratualizar para adquirir estas matérias e tendo em conta a plurianualidade dos mesmos e os seus montantes, os mesmos têm de ser aprovados por esta Assembleia Municipal. Relativamente à aquisição de gás propano a granel, a Câmara entendeu recorrer ao Acordo Quadro da CIMT, cujas condições negociadas com os fornecedores são vantajosas para a Câmara e este concurso irá ser lançado de acordo com as regras do referido Acordo Quadro celebrado pela CIMT. Mais refere que a piscina municipal é uma das áreas onde existe um consumo que hoje em dia já não se justifica e com um investimento ainda significativo poderá esta solução ser substituída por outra solução energética mais eficiente e mais em conta que a solução atual que é o gás. Informou ainda que esta aquisição de gás se destina à Escola, ao Campo do Marco, pavilhão, e às Piscinas.

--- A vogal Carla Loureiro solicita informação sobre se já foi feito algum estudo para substituição da solução energética para as piscinas cobertas.

O Sr. Vereador Vasco Marques informou que a Câmara, no âmbito da política de redução da pegada energética, a Câmara tem um projeto e uma candidatura submetida para a piscina municipal com uma solução de queima de pellets que reduzirá os custos em 50%.

--- Seguidamente o ponto 6) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 7) da Ordem de Trabalhos: **7) Discussão e votação de abertura de procedimento para Aquisição de Gasóleo Rodoviário Simples, a Granel, em Fornecimento Contínuo.**

--- O Sr. Vasco Marques iniciou a sua intervenção referindo que, para esta aquisição de gasóleo, a Câmara não recorreu ao Acordo Quadro da CIMT. Mais informou que este procedimento é igual ao que a Câmara tem vindo a praticar nos últimos anos e destina-

se apenas ao gasóleo rodoviário e tendo em conta a plurianualidade dos mesmos e os seus montantes, os mesmos têm de ser aprovados por esta Assembleia Municipal.

--- O vogal José Fernando Martins solicita informação sobre se existe algum plano de aquisição de algumas viaturas elétricas para a Câmara.

---O Sr. Vereador Vasco Marques informa que não existe plano para aquisição de viaturas elétrica neste momento, mas existe uma questão em curso de colocação em Mação de uma unidade para carregamento de viaturas elétricas que vai permitir que haja mais utilização da população em geral que poderá recorrer à mesma. Relativamente à Câmara, entende que, por razões legais e económicas, quando se for renovando a frota poderá equacionar ir ao encontro dessas soluções que têm muitas vantagens, inclusivamente fiscais

--- Seguidamente o ponto 7) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 8) da Ordem de Trabalhos: **8) Discussão e votação de Discussão e votação de proposta de Orçamento Municipal (Plano de Atividades/Relatório) para o ano de 2020.**

--- O Sr. Presidente intervém para referir que estes documentos foram aprovados por maioria em reunião de Câmara e, conforme é referido no documento apresentado e é facilmente perceptível, estamos perante aquele que é o Orçamento mais elevado que a Câmara Municipal de Mação já apresentou. É um Orçamento de mais de dezasseis milhões de euros, que para aquilo que é a nossa estrutura e para aquilo que estamos habituados a tratar, é de facto um Orçamento com um valor muito significativo que aumenta em mais de 29% o Orçamento inicial do ano de 2019 e que será, seguramente, alvo de uma ou duas revisões, essencialmente pelo facto de, a esta altura, não se saber ainda qual será o valor que teremos a receber via Orçamento de Estado, que é sempre um valor significativo e que, seguramente irá aumentar o nosso Orçamento e para além disso teremos também alguma possibilidade que possa vir a acontecer em termos de Quadro Comunitário que nos possa permitir também reforçar o Orçamento de alguma maneira e temos também, no limite, a possibilidade de algum empréstimo bancário. Mais refere que, apesar de ser um Orçamento elevado, é um Orçamento que terá seguramente ainda algumas revisões. Continua referindo que este será um ano extraordinariamente exigente para a Câmara, para os políticos, mas também muito para os técnicos, nomeadamente da parte administrativa e, para que as coisas corram bem

será necessário o trabalho de muitas pessoas, no sentido de podermos aproveitar as oportunidades que temos e que também soubemos construir. Mais refere que este Orçamento está muito alicerçado naquilo que são as obras do Quadro Comunitário de Apoio, quer no PARU, quer no Portugal 2020 e também fruto daquilo que foram os incêndios de 2017 e 2019 e que, nomeadamente na área florestal implicam uma grande dotação orçamental para um conjunto de intervenções e que a maioria delas nem sequer foram escolhidas por nós mas, que de alguma forma, estamos, e bem obrigados a fazer. Apesar de tudo isto, o executivo pensa ter um Orçamento e um Plano de Atividades equilibrado, tendo sempre como pressupostos aquilo que o executivo definiu no início deste mandato como sendo os objetivos que o executivo tinha elencado e que se mantêm válidos e que se manterão válidos ao longo deste mandato, sem esquecer aquilo que temos mantido de uma forma muito vincada que é a proximidade com a população do nosso concelho. Refere também que este Orçamento e as atividades que temos previstas para o ano de 2020 será, seguramente, o mais equilibrado possível em termos de divisão de verbas e de intervenção territorial mas tendo sempre em conta os condicionalismos que temos em termos, nomeadamente, das candidaturas aos fundos comunitários e as possibilidades ou não que temos para intervencionarmos algum tipo de situações. Refere que há, por vezes, uma ideia errada de que os fundos comunitários haverão de ser um saco de dinheiro onde vamos buscar dinheiro para fazermos as obras que muito bem entendemos e que, provavelmente, até seriam mais pertinentes que outras obras que são feitas, mas infelizmente, as coisas não funcionam assim, têm regras e era bom que às vezes, algumas pessoas antes de se pronunciarem e fazerem juízos de valor sobre opções políticas que são feitas, tivessem conhecimento de como as coisas acontecem e porque razão acontecem de uma determinada maneira.

Em seguida referenciou as apostas mais essenciais para o próximo ano dentro das seis áreas fundamentais que têm acompanhado o executivo ao longo do mandato:

- Relativamente à Inovação e Ação Social refere que esta é uma área da qual tem sido unânime o reconhecimento da boa capacidade da Câmara nesta área e, para o próximo ano destaca os apoios e a participação ativa que a Câmara terá nos três Projetos de Inovação Social das “Parcerias para o Impacto”, que foram aprovados no nosso concelho, as obras do antigo quartel dos Bombeiros, destinado ao Centro de Atividades Ocupacionais que espera que no próximo ano possa ter a sua implementação no terreno. Acrescenta ainda que há a possibilidade da criação de uma “Oficina Social” para apoio às pessoas mais carenciadas e aos idosos.

Em termos de Educação e Cultura realça a continuação do apoio ao Agrupamento de Escolas, a toda a comunidade escolar, quer em termos de transportes escolares, quer em termos de outras iniciativas nas quais a Câmara está sempre na disposição de colaborar com o Agrupamento. Chama a atenção para projetos inovadores que a Câmara tem realizado em parceria com a escola e que em 2020 não será exceção. Informou ainda que estão previstas intervenções na EB e JI de Mação com a possibilidade encontrada no Quadro Comunitário de Apoio de fazer uma intervenção no campo de jogos e também na escola de Cardigos. Ainda no âmbito da Educação realça o pagamento das refeições escolares dos alunos do 2º e 3º ciclo e ensino secundário, uma medida de educação, uma medida social que irá ajudar as famílias do nosso concelho e que terá seguramente um impacto na economia familiar.

No que concerne ao Empreendedorismo realça o apoio que a Câmara sempre deu e continuará a dar aos empresários no âmbito do Gabinete Empreendedor, fazendo as candidaturas, sinalizando possibilidades de investimento e estando sempre numa atitude proactiva relativamente àquilo que são os anseios dos empresários e dos agentes económicos. Chama a atenção para um apoio que a Câmara indiretamente dá aos agentes económicos e aos produtores dos produtos endógenos do nosso concelho, via AmarMação, a Câmara ajuda a pagar os custos da participação em feiras, fazendo assim publicidade e negócio para os agentes económicos do nosso concelho. Mais refere que a Câmara terá de tentar por em prática programas de incentivo, com alguma robustez, para apoio ao comércio local.

Relativamente à Floresta e Sistema Agro Florestal refere que o concelho de Mação está envolvido num processo para tentar fechar um Plano para Revitalização da Floresta no nosso Concelho, um Projeto Piloto que o Governo entendeu por bem implementar nos concelhos de Mação, Vila de Rei e Sertã e o assunto está em andamento. Mais refere que o executivo tenciona brevemente em reunião de Câmara e na Assembleia Municipal propor uma discussão séria e alargada sobre este assunto para que cada eleito destes órgãos autárquicos possam expressar a sua opinião sobre esta matéria tão importante e estruturante no nosso concelho.

No que diz respeito à Valorização dos Recursos refere que o executivo tem tido um entendimento muito abrangente relativamente a este assunto e podemos falar da paisagem, das ribeiras, do Rio Tejo, dos miradouros, mas também podemos falar das associações, das Juntas de Freguesia, e das pessoas que, de alguma forma ajudam a construir o nosso concelho ano após ano. Mais refere que quer destacar a construção da

Rota das Pesqueiras e aquilo que há alguns anos ambicionamos que é ter um percurso pedestre com uma zona de passadiços junto ao Rio Tejo, projeto que espera pareceres das entidades competentes para poder avançar e em conjugação com este projeto temos a requalificação da Praia Fluvial de Ortiga, uma vez mais aproveitando o Quadro Comunitário de Apoio e a possibilidade candidatar algo ali naquela zona. Mais informa que o executivo tem também a intenção de melhorar o espaço junto ao Rio Tejo na Barca da Amieira, agora que tem uma nova funcionalidade que poderá ter um incremento de visitantes e a Câmara não deixará de, pelo menos, começar a melhorar aquele espaço. Refere ainda as Rotas de Mação, um projeto que foi iniciado por pessoas que nada tinham a ver com a Câmara, tendo saído da sociedade civil, mas que a Câmara, as Juntas de Freguesia, as associações e outras entidades juntaram-se neste processo e a Câmara não deixará de cumprir a sua parte, nos termos em que está protocolado, pois considera este projeto importante para o nosso concelho.

Em termos de Reabilitação e Manutenção de Infraestruturas e Património refere que várias obras que estão previstas há algum tempo e pensamos ter condições para realizar no ano de 2020, nomeadamente a Casa do Cidadão em Cardigos, a conclusão das obras do FEM e da APA, o antigo quartel dos bombeiros, o cine teatro, as piscinas municipais descobertas e requalificação de algumas sedes de freguesia que temos previstas.

Continua sua intervenção referindo que 2020 será um ano muito trabalhoso, um pouco a exemplo do que tem sido já este ano, também no próximo ano deixaremos de sob a responsabilidade da Câmara a questão da distribuição da água, a recolha de resíduos sólidos urbanos e o saneamento.

Relativamente a números propriamente ditos, refere que temos um Orçamento de 6.592.000,00€, com receitas correntes na casa dos 8.200,00€ e receitas de capital na casa dos 8.300.000,00€ e obviamente que este Orçamento está muito sustentado naquilo que são as obras que referiu e nas fontes de financiamento para as mesmas. Mais refere que, grosso modo, em todo o Orçamento, não foi feita redução de despesa naquilo que sabemos que eventualmente, esperamos, irá haver uma redução de despesa, nomeadamente em consumíveis que hoje são necessários para toda a estrutura que presta serviços e que vai deixar de prestar. Relativamente ao PPI, uma vez mais as obras que referiu consomem muito daquilo que lá está previsto e este ano muito acima do que é habitual. Em relação às despesas correntes, chama a atenção para aquilo que são os grandes agregados de despesa e que têm a ver com os

combustíveis, os encargos com as instalações (energia elétrica), os encargos com os transportes e também para as famílias e associações. Relativamente às receitas de capital, refere que foram feitos os cálculos de acordo com aquilo que está previsto e com aquilo que temos assegurado em termos de previsão de receita, nomeadamente em termos de candidaturas comunitárias, das transferências do Orçamento de Estado, do empréstimo que temos contratualizado e que ainda não foi utilizado. Relativamente às receitas correntes, refere que os grandes agregados têm a ver com a questão das concessões dos parques eólicos, da rede elétrica nacional, Pegop e mais algumas que temos, o IMI e o IMT.

Termina a sua intervenção referindo que o executivo está confortável com este Orçamento e Plano de Atividades, muito exigente, muito trabalhoso, mas seguramente, a ser concluído com o êxito que esperamos, muito proveitoso para o concelho de Mação.

--- O vogal João Filipe intervém para referir que, relativamente ao que foi mencionado sobre o projeto relativo à floresta, surge agora a oportunidade de nós respondermos ao desafio que nos é lançado, e considera que, qualquer decisão que venha a ser tomada sobre esta matéria vai contar com os eleitos do Partido Socialista e com toda a comunidade pois todos temos a consciência que não vai ser fácil, mas a mudança necessária e deverá contar com todos.

---A vogal Carla Loureiro solicita informação sobre se as refeições que a Câmara vai pagar, se são para todos os alunos. Questiona ainda, sobre a Rota das Pesqueiras, o acesso às mesmas é mau em muitos locais, o que é que está previsto fazer para esses acessos e se foi tido em consideração que as pesqueiras são propriedade de privados que não são do concelho de Mação.

---O vogal José António Almeida inicia a sua intervenção referindo que o executivo pode sentir-se confortável e orgulhoso deste Orçamento e deste Plano de Atividades pois estes documentos fazem jus a tudo aquilo que o executivo tem vindo a afirmar, inclusivamente no período eleitoral. Mais refere que é vinculado nos documentos, formalmente, o que são as “bandeiras” da proposta do executivo para o desenvolvimento do concelho de Mação. Mais refere que é impossível não enaltecer o trabalho que a Câmara tem feito no âmbito do apoio às famílias, considerando que historicamente assim tem sido e que esta proposta das refeições escolares oferecidas a todos os alunos é a “cereja em cima do bolo”. Refere ainda que este Plano de Atividades contém propostas muito interessantes, eventualmente as mais interessantes dos últimos anos

em termos de promoção e enquadramento do território e isso também lhe parece digno de ser enaltecido. Mais refere que está convicto que este será um ano muito exigente, durante o qual pensa que terão de trabalhar muito e fazer trabalhar muito pois o que é proposto assim o irá exigir. Relativamente à despesa corrente, refere que alguns poderão considerar a mesma muito alta mas a mesma é absolutamente fundamental pois tem a ver com vencimentos, com instalações, com transportes e também porque esta Câmara é socialmente e familiarmente responsável e como tal é despesa corrente que garante qualidade de vida e para beneficiar o concelho no seu todo. Termina referindo que a bancada do PSD irá votar favoravelmente os documentos previsionais apresentados.

--- O vogal António Reis intervém para referir que tem de realçar o bom trabalho da Câmara na área social que começa e ser imagem de marca do próprio concelho. Continua que é também de realçar a proposta de pagamento das refeições escolares de todos os alunos do Agrupamento. Mais refere que, relativamente ao Orçamento, verificou que continua a haver montantes significativos nas rubricas Outros, nomeadamente mais de 2 milhões de euros num caso e mais de um milhão de euros noutro caso.

---O vogal António Cardoso Lopes inicia a sua intervenção solicitando informação sobre qual é a taxa de ocupação da Zona Industrial das Lamas e se as unidades implantadas estão todas ativas. Continua referindo que, no que concerne a Floresta, considera que o mencionado Plano de Reordenamento da Floresta é fundamental, como um plano diretor florestal porque é agora ou nunca. Mais refere que se antes de 2017 esta questão se colocava, muitos proprietários seriam contra pois diriam que os seus pinheiros eram melhores do que os do seu vizinho, que valiam mais, hoje, depois dos incêndios que aconteceram em 2017 e 2019 poder-se-á dizer que houve um corte raso e a oportunidade é única. Solicita informação sobre para quando é que está prevista a apresentação e a discussão deste assunto. Refere ainda que considera o projeto das Rotas de Mação uma boa ideia e quando teve conhecimento da mesma e da participação ativa dos munícipes, no Encontro de Maçaenses conversou com o consultor desta área e referiu-lhe, porque conhece bem aquele território, que poderia haver possibilidade de mais alguma rota na freguesia de Carvoeiro mas sentiu uma dificuldade da receção desta sugestão. Relativamente à Barca da Amieira, refere que há que rever toda a história que reveste aquele local, relar toda essa história e, na requalificação daquele espaço seria bom haver um espaço de memória com homenagem aos “ratinhos

da Beira”, que ali atravessavam para o Alentejo quando iam para a ceifa. Continua solicitando informação sobre o que é a Casa do Cidadão de Cardigos. Relativamente à requalificação do antigo quartel dos bombeiros para instalação de um CAO, considera muito importante e tem todo o seu apoio. Solicita informação sobre a reabilitação do espaço público das freguesias, nomeadamente sobre quais as que serão intervencionadas e em quê. Termina solicitando informação sobre quantos funcionários estão afetos aos serviços de Águas e Saneamento e se, com a passagem deste serviço para a empresa Tejo Ambiente haverá um reajustamento do Quadro de Pessoal da Câmara ou não.

--- O vogal José Fernando Martins inicia a sua intervenção referindo que vem mencionado no Plano de Atividades “intervenções estruturais na floresta” e em PPI refere “beneficiação de infraestruturas florestais” e solicita informação sobre quais são as beneficiações e de que infraestruturas é que estamos a falar e que irão absorver o montante referido em PPI, que é significativo. Continua solicitando informação sobre se o montante destinado ao aumento da eficiência energética das piscinas cobertas se destina ao projeto referido anteriormente pelo Sr. Vereador Vasco Marques. Continua solicitando informação sobre o que é o Plano de Mobilidade Urbana Sustentável também mencionado nos documentos. Mais refere que, relativamente ao Orçamento, apesar deste ser o mais elevado de sempre, praticamente não consegue encontrar no mesmo nada que vá contribuir para a fixação das pessoas no nosso concelho. Termina referindo que vem mencionado no Plano de Atividades a requalificação dos espaços públicos das freguesias e considera que seria importante vir mencionado quais seriam requalificadas e que verbas que seriam despendidas nas mesmas por uma questão de equidade que considera importante e solicita informação sobre quais os espaços públicos que vão ser requalificados nas freguesias.

---O Sr. Presidente inicia a sua intervenção referindo que, relativamente à questão da parte florestal referida pelos vogais João Filipe e António Cardoso Lopes, o compromisso está aqui assumido, entendemos que, chagados a esta triste constatação de olhar em nosso redor e ver o território florestal como ele está, considera que todos devíamos fazer uma reflexão das competências do município nesta matéria e o executivo vai debater com transparência e sem qualquer reserva, este assunto. Em relação à questão da vogal Carla Loureiro informa que as refeições vão ser pagas a todos os alunos, exceto o profissional pois é pago através dos programas que os suportam. Relativamente à Rota das Pesqueiras informa que a mesma se denomina

assim pois passa pelas pesqueiras e há a noção que o acesso às mesmas passa por terrenos privados e o que está previsto é uma zona de pé posto, uma zona de passadiços para se poder chegar a esses locais para poderem ser visitadas as pesqueiras e as lagoas que ali existem. Em relação à titularidade dos terrenos e das pessoas poderem ou não autorizar a passagem naqueles locais é do nosso ponto de vista e o que tem sido transmitido pelas pessoas da Ortiga é que não vai existir esse problema mas se o mesmo se verificar pode-se negociar e tentar encontrar uma solução.

Continua agradecendo as palavras do vogal José António Almeida e refere que vai haver efetivamente um reforço ao apoio às famílias.

Relativamente à questão da rubrica Outros do Orçamento mencionada pelos vogais António Reis e José Fernando Martins diz respeito à Zona Industrial das Lamas, ao Fundo de Emergência de Incêndios, construção das faixas de gestão de combustível, ao Fundo Florestal Permanente, eficiência energéticas das Piscinas cobertas e o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável. Outra rubrica Outros é a requalificação do quartel dos Bombeiros, Museu Municipal, Núcleo Museológico e Cine Teatro.

Relativamente à intervenção do vogal António Cardoso Lopes, o espaço existente na zona industrial das Lamas, existem muitos espaços que não estão a ser utilizados, bem mais do que o que qualquer pessoa que goste do nosso concelho desejaria. Mais informa que, neste momento temos três lotes disponíveis e por isso é necessário fazer algo para podermos responder àquilo que é a ambição da Câmara de efetivamente criar condições para que as empresas se possam ali instalar. Relativamente ao que disse sobre a Barca da Amieira, refere que está de acordo e informa que é também a ideia da Câmara, que gostaria que as coisas pudessem ter esse fim e considera que podem efetivamente vir a ter esse fim. Sobre a requalificação do espaço público nas freguesias e em quais, informa que nesta primeira análise o que está pensado, para além da conclusão da intervenção em Carvoeiro, está prevista uma intervenção em Penhascoso, nomeadamente com a criação de passeios na rua principal até à saída para o lado de Mouriscas, está prevista intervenção na zona mais central, na praça de Cardigos e temos também intenção de tentar encontrar uma solução em Aboboreira, numa rua de calçada que necessita intervenção. Mais informou que a Casa do Cidadão em Cardigos é uma casa que a Câmara adquiriu, junto à Caixa de Crédito Agrícola para ali poder instalar serviços um pouco descentralizados da Câmara e também o Espaço do Cidadão de Cardigos.

Relativamente ao Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável informou que é um programa para centros urbanos e fala de descarbonização, passeios, ciclovias, e dar condições para as pessoas andarem a pé e só pode ser aplicado aqui em Mação e, neste momento temos a perspetiva de poder vir a ter cerca de um milhão de euros, em três anos e aquilo que temos perspetivado é essencialmente arrancar passeios e por passeios mais alargados e uma ou outra questão de ciclovia e é um projeto que ainda não está fechado.

--- Seguidamente o ponto 8) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por maioria com nove abstenções.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 9) da Ordem de Trabalhos: **9) Discussão e votação do Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Mação para o ano de 2020.**

--- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que este Quadro de Pessoal é relativamente claro, tendo apenas umas nuances que dizem respeito somente a alterações estruturais dentro da Câmara, mobilidades que são feitas dentro da Câmara, os lugares que estão abertos têm diretamente a ver com transferências que existiram e com reformas que também aconteceram. Continua chamando a atenção que durante o ano é previsível que haja alterações, nomeadamente em termos de reformas de pessoal que estão já há algum tempo à espera que a Caixa Geral de Aposentações proceda ao despacho destes processos.

--- Seguidamente o ponto 9) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 10) da Ordem de Trabalhos: **10) Discussão e votação de proposta de fixação de Taxa Municipal de Direitos de Passagem.**

O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção referindo que, relativamente a este ponto, a Câmara propõe a não aplicação de taxa municipal de Direitos de Passagem, ou seja, uma taxa de 0%, fazendo com que os munícipes deste concelho não tenham um agravamento nas suas faturas de comunicações, uma vez que as operadoras fazem refletir esta taxa nas faturas dos clientes.

--- Seguidamente o ponto 10) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 11) da Ordem de Trabalhos: **11) Empreitada de Reabilitação de vias municipais (estradas e arruamentos) e segurança rodoviária - Infraestruturas danificadas pelos incêndios de 2017 – FEM – Reprogramação financeira.**

---O Sr. Presidente informou que este ponto é uma informação à Assembleia sobre a empreitada de Reabilitação de vias municipais (estradas e arruamentos) e segurança rodoviária - Infraestruturas danificadas pelos incêndios de 2017 – FEM, que estava em PPI que estes investimentos se iriam verificar no ano 2019 e fruto das contingências referenciadas nas informações que todos receberam, a despesa será feita em 2019 e 2020 e solicita-se a aprovação da Assembleia para esta situação.

--- Seguidamente o ponto 11) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

O Sr. Presidente da Mesa continuou os trabalhos colocando à discussão o ponto 11) da Ordem de Trabalhos: **12) Empreitada de Remodelação do Edifício do Quartel de Bombeiros – Reprogramação financeira.**

---O Sr. Presidente informou que este ponto é uma informação à Assembleia sobre a empreitada de Remodelação do Edifício do Quartel de Bombeiros, que estava em PPI que estes investimentos se iriam verificar no ano 2019 e fruto das contingências referenciadas nas informações que todos receberam, a despesa será feita em 2019 e 2020 e solicita-se a aprovação da Assembleia para esta situação.

--- Seguidamente o ponto 12) da Ordem de Trabalhos foi colocado à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

Mais foi deliberado aprovar em minuta esta parte da acta para execução imediata.

--- E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa dá por encerrada a sessão e desta foi lavrada a presente acta que vais ser assinada na forma legal. -----